



***SEXO COMO FALSO OBJETO EMPÍRICO: UMA CRÍTICA A PARTIR DO
CONCEITO DE GÊNERO COMO PRÁTICA DISCURSIVA E CORPORAL***

***SEXO COMO FALSO OBJETO EMPÍRICO: UNA CRÍTICA A PARTIR
DEL CONCEPTO DE GÉNERO COMO PRÁCTICA DISCURSIVA Y CORPORAL***

***SEX AS A FALSEM EMPIRICAL OBJECT: A CRITIQUE BASED ON THE
CONCEPT OF GENDER AS DISCURSIVE AND BODILY PRACTICE***

*Juliane Priscila Diniz Sachs*¹

*Clair de Luma Capiberibe Nunes*²

*Denise Caroline de Souza*³

*Irineia de Lourdes Batista*⁴

RESUMO

Este ensaio propõe uma análise ontoepistemológica do conceito de sexo, argumentando que sua caracterização como "espécie natural" o transforma em um falso objeto empírico e em um mito. Utilizando fundamentos da filosofia da ciência de Fourez, da semiologia de Barthes e da ontologia de Quine, demonstra-se que a escolha das hipóteses analíticas na tradução é subdeterminada pela experiência, levando à indeterminação da tradução e à relatividade ontológica. Essa relatividade, por sua vez, mina a sustentabilidade do essencialismo, especialmente no contexto do conceito de sexo, que é reconhecido como um mito ideológico. Destaca-se, a partir dos referenciais contemporâneos em estudos de gênero, tais como Moore, Butler, Scott e Fausto-Sterling, a necessidade de desenvolver um arcabouço conceitual refinado do sexo, e

¹ Doutora em Ensino de Ciências e Educação Matemática (PECEM/UEL). Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Norte do Paraná, Bandeirantes, Paraná, Brasil.

² Doutora em Ensino de Ciências pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Integrante do Grupo de Pesquisa em Matemática e Ensino de Ciências (GPMEC/UFMT), Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil.

³ Mestra em Ensino de Ciências e Educação Matemática (PECEM/UEL). Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, Minas Gerais, Brasil.

⁴ Doutora em Filosofia (FFLCH/USP). Docente do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Educação Matemática da Universidade Estadual de Londrina, Londrina, Paraná, Brasil.

defende-se a viabilidade das filosofias baseadas em rupturas epistemológicas como um caminho para a renovação conceitual.

PALAVRAS-CHAVE: Mito Sexual. Relatividade Ontológica. Estudos de Gênero. Essencialismo Biológico.

RESUMEN

Este ensayo propone un análisis ontoepistemológico del concepto de sexo, argumentando que su caracterización como "especie natural" lo convierte en un falso objeto empírico y en un mito. Basándose en la filosofía de la ciencia de Fourez, la semiología de Barthes y la ontología de Quine, se demuestra que la elección de las hipótesis analíticas en la traducción está subdeterminada por la experiencia, lo que lleva a la indeterminación de la traducción y a la relatividad ontológica. Esta relatividad, a su vez, socava la sostenibilidad del esencialismo, especialmente en el contexto del concepto de sexo, que se reconoce como un mito ideológico. Basándose en estudios contemporáneos de género de académicos como Moore, Butler, Scott y Fausto-Sterling, se destaca la necesidad de desarrollar un marco conceptual refinado del sexo y se defiende la viabilidad de las filosofías basadas en rupturas epistemológicas como un camino hacia la renovación conceptual.

PALABRAS-CLAVE: Mito Sexual. Relatividade Ontológica. Estudos de Género. Essencialismo Biológico.

ABSTRACT

This essay proposes an onto-epistemological analysis of the concept of sex, arguing that its characterization as a "natural kind" turns it into a false empirical object and a myth. Drawing on the philosophy of science of Fourez, the semiology of Barthes, and the ontology of Quine, it demonstrates that the choice of analytical hypotheses in translation is underdetermined by experience, leading to the indeterminacy of translation and ontological relativity. This relativity, in turn, undermines the sustainability of essentialism, especially in the context of the concept of sex, which is recognized as an ideological myth. Drawing from contemporary gender studies scholars such as Moore, Butler, Scott, and Fausto-Sterling, it highlights the need to develop a refined conceptual framework for sex and argues for the viability of philosophies based on epistemological ruptures as a path to conceptual renewal.

KEYWORDS: Sexual Myth, Ontological Relativity, Gender Studies, Biological Essentialism.

Introdução

O debate a respeito dos conceitos sexo e gênero frequentemente os coloca em oposição, sugerindo que enquanto o gênero é socialmente construído, o sexo seria um fenômeno natural (Andre Edgar, 2003). Isso sugere que o sexo estaria sujeito apenas às leis da biologia (Hilton Japiassu, 2001). No entanto, abordagens contemporâneas nos

estudos de gênero propõem uma perspectiva mais complexa, reconhecendo o caráter histórico e ideológico de ambos os conceitos (Anthony Giddens, Philip Sutton, 2023).

Neste ensaio, apresentamos uma análise ontoepistemológica do conceito de sexo, argumentando que sua caracterização como "espécie natural" o transforma em um falso objeto empírico e, conseqüentemente, em um mito (Roland Barthes, 1989). Nos ancoramos na filosofia da Ciência de Gerard Fourez, na semiologia de Barthes, nos princípios ontológicos de Willard V. O. Quine e nos referenciais contemporâneos em estudos de gênero, mais especificamente, Henrietta Moore, Judith Butler, Joan Scott e Anne Fausto-Sterling.

Pretendemos evidenciar como a perspectiva ontoepistemológica nos permite desnaturalizar o conceito de sexo, destacando sua construção histórica e revelando suas dimensões ideológicas. Ao convergir com as teorias desses autores, esperamos ampliar o entendimento quanto ao tema e contribuir para uma reflexão crítica mais ampla envolvendo as relações entre sexo, gênero e poder na sociedade contemporânea.

A ontologia quineana

Fourez (1995) destaca que os conceitos científicos são, fundamentalmente, traduções, o que os coloca sob a influência do problema da Indeterminação da Tradução, teorizado por Quine (2010).

Suponhamos um cenário em que um linguista se encontra imerso em uma comunidade cuja língua e contexto cultural lhe são totalmente desconhecidos. Portanto, ele se vê compelido a elaborar um Manual de Tradução para sua língua nativa. Em um momento específico ele é confrontado com a imagem de um "*Coelho*", enquanto, um nativo emite a palavra "*Gavagai*". O Tradutor, então, conjectura que essa palavra possa denotar o conceito de "*Coelho*". No entanto, a verificação dessa hipótese é limitada apenas aos assentimentos e dissensos dos nativos, desprovida de qualquer outro meio de confirmação objetiva. Situações estimulativas similares ocorrem outras vezes e ele testa sua hipótese observando como os nativos reagem quando pronunciam *Gavagai* e assim é para outras palavras pronunciadas. Apesar de não estar totalmente convencido da tradução, ele vê sua hipótese funcionando e se "dificuldades extraordinárias participam de todos os seus passos subsequentes, o linguista pode decidir descartar aquela hipótese e conjecturar novamente" (Quine, 2010, p. 54). Para Quine (2010) ele é capaz de elaborar um Manual de Tradução eficaz, mas as sentenças relacionadas à sinonímia

representarão um desafio considerável, pois suas ocorrências, embora possam ser estabelecidas, não são traduzíveis diretamente. Para superar essa limitação, o linguista segmenta as enunciações em partes menores e identifica palavras recorrentes, que são então hipoteticamente associadas a palavras ou expressões da sua própria língua, formando hipóteses analíticas. A escolha das hipóteses analíticas, sendo uma condição essencial para viabilizar a tradução, é subdeterminada pela experiência. Isso significa que há várias maneiras igualmente válidas de formular essas hipóteses, embora algumas delas possam ser incompatíveis entre si.

A questão da indeterminação na tradução, como abordada por Quine (1975, 1985, 1992), envolve a incorporação de um princípio há muito proposto (em 1906) por Pierre Duhem (2014) e frequentemente olvidado: a *subdeterminação*. Este princípio, como discutido por Décio Krause e Jonas R. B. Arenhart (2013), possui dois aspectos distintos: a subdeterminação da teoria pelos dados empíricos e a subdeterminação da ontologia pela teoria.

A primeira tese, que trata da subdeterminação da teoria pelos dados empíricos, afirma que não há uma teoria única e exclusiva que possa ser derivada puramente da experiência empírica (Quine, 1975, 1992; Duhem, 2014). Por sua vez, a segunda tese argumenta que existe uma multiplicidade de ontologias igualmente vasta nas maneiras de conceber a estrutura do mundo que são compatíveis com uma determinada teoria científica (Quine, 1975, 1985, 1992).

Em resumo, a conclusão extraída dessas teses é que a experiência empírica por si só não é suficiente para determinar uma teoria de forma única. Em vez disso, é necessário recorrer a hipóteses analíticas e conceituais para guiar o processo teórico. A teoria científica, portanto, não é uma simples representação direta da realidade observada, mas sim uma construção que reflete uma infinidade de possíveis interpretações do mundo (Quine, 1975, 1985, 1992).

Outra relevante inferência da indeterminação da tradução abordada por Quine (1985) é a de que o vocabulário de uma linguagem abarca uma diversidade de termos, desde entidades concretas como "coelho" até abstrações como "número", acompanhados por predicados lógicos. Nesse arcabouço linguístico, a capacidade de atribuir significado a diferentes conceitos e de estabelecer distinções entre eles é crucial. Essa interconexão de termos e predicados constitui um quadro de referência fundamental para a comunicação eficaz. No entanto, Quine ressalta que uma alteração nesse quadro pode levar à anulação de conceitos preexistentes e ao surgimento de novas variáveis

correlacionadas, dando origem ao fenômeno da Relatividade Ontológica que, para o autor, descreve uma condição epistemológica na qual a determinação dos referentes dos termos em uma teoria está intrinsecamente ligada ao contexto interpretativo e aos recursos disponíveis para essa interpretação. Desse modo, a realidade ontológica é vista como relativa às estruturas conceituais e aos recursos interpretativos disponíveis, em vez de ser uma entidade objetiva e independente. Isso implica que a questão quanto à referência dos termos em uma teoria se torna sem significado quando não há outros termos ou recursos externos aos quais se possa recorrer para estabelecer a referência. Porém, o aspecto mais profundo reside no fato de que a questão da Tradução está intrinsecamente ligada ao problema ontológico, ou seja, à natureza essencial das coisas e, conseqüentemente, à sustentabilidade do essencialismo⁵.

Para ilustrar, consideremos uma palavra simples: "banco". Quais são os diversos usos dela na língua portuguesa no Brasil? "Banco" pode referir-se, por exemplo, a uma instituição financeira. Além disso, pode descrever o lugar onde nos sentamos, o *assento*. Outro uso frequente é quando nos referimos ao acúmulo de algum material, como um banco de areia.

Como argumenta Ludwig Wittgenstein (1984), essas palavras não possuem uma essência metafísica, mas sim semelhanças de família. "Banco" enquanto instituição financeira assemelha-se ao "banco" enquanto acúmulo de sedimento, pois ambos estão relacionados ao ato de "depositar". No entanto, "banco" enquanto assento pouco se assemelha ao "banco" enquanto instituição. Por outro lado, "bancos" de areia podem servir como assentos nas praias, o que aproxima esses dois usos da palavra.

Quando exploramos a Língua Inglesa, constatamos que a palavra "Banco" apresenta uma indeterminação na tradução. Tanto a Instituição Financeira quanto o Acúmulo de Sedimento são traduzidos por "Bank", o que revela que estes falantes também reconhecem as semelhanças entre essas palavras. Além disso, a palavra "bank" também é utilizada para se referir a reservatórios, o que está relacionado ao ato de

⁵ O essencialismo, enquanto perspectiva filosófica aqui adotada, postula que os objetos possuem uma essência intrínseca e imutável, independentemente de suas relações contextuais ou construções sociais. Nessa concepção, as categorias são definidas por propriedades necessárias e suficientes, as quais transcendem particularidades históricas ou culturais. O essencialismo biológico, por sua vez, constitui uma aplicação específica desse quadro teórico ao domínio da biologia humana, sustentando que o sexo biológico é uma característica inata, determinada por fatores exclusivamente naturais – tais como composição cromossômica, morfologia genital e perfis hormonais –, e não uma categoria moldada por convenções socioculturais. Essa abordagem pressupõe, ainda, uma estrutura binária e universalista, na qual a divisão entre macho e fêmea é tida como objetiva, fixa e aplicável a toda a espécie humana.

"depositar". Por outro lado, "banco" enquanto assento é traduzido por "Seat". Essa expressão em inglês apresenta usos distintos, pois também pode significar "sede", "base de operações", "parte de um sistema mecânico", entre outros. Isso denota um grupo de parentesco diferente do observado nos Jogos de Linguagem da Língua Portuguesa no Brasil.

Essa mudança genética que altera o parentesco entre as palavras é precisamente o conceito de Relatividade Ontológica de Quine (1985), discutido anteriormente. Portanto, Ontologia e Uso estão intrinsecamente ligados a uma Forma de Vida específica e, uma mudança nessa modifica a ontologia, logo, os parentescos entre conceitos, pois "a essência está na Gramática" (Wittgenstein, 1984). Essa conclusão está alinhada com a observação de Vilém Flusser (2007): "[...] [a] tradução é uma função de parentesco entre as línguas" (p. 64), "[...] graças à sua capacidade ontológica" (p. 67). Assim, a tradução perfeita, biunívoca, só poderia ser alcançada caso as duas línguas em questão compartilhassem a mesma Gramática, tanto em termos de sintaxe quanto de ontologia. Esse isomorfismo é a condição fundamental para a correspondência entre as palavras e os objetos, assegurando uma equivalência estrutural entre a linguagem e a realidade. Em outras palavras, ao considerarmos o domínio dos númenos (as coisas em si), supomos que eles são governados por uma linguagem N e apresentam uma ontologia M. Nosso objetivo é determinar se uma linguagem dada, L, e uma ontologia, O, correspondem aos númenos. Para que isso seja possível, é necessário, em um entendimento linearizante, que exista uma função de tradução T, ou seja, uma Teoria, tal que $T(N, M) = (L, O)$ forme um isomorfismo.

Porém, conforme Duhem (2014) e Quine (1975, 1985, 1992), observamos que: (i) as teorias são subdeterminadas pela evidência empírica (primeira tese), e a ontologia é subdeterminada pela teoria (segunda tese). Quine (1975) argumentou que (ii) a subdeterminação é uma consequência da indeterminação da tradução. Em outras palavras, a subdeterminação surge devido às diferenças de parentesco e capacidade ontológica (Flusser, 2007). Assim, pelas proposições (i) e (ii), podemos inferir os seguintes lemas:

- **L₁**: Em decorrência da primeira tese da subdeterminação, a natureza não pode ser completamente descrita pela nossa língua. A formulação atual da nossa linguagem científica não se mostra isomórfica e biunívoca à linguagem N.
- **L₂**: Em decorrência da segunda tese da subdeterminação, a natureza não pode ser completamente descrita em termos das ontologias (*e.g.* essencialismo). A

formulação atual da ontologia M não se mostra isomórfica e biunívoca à ontologia O.

Esses dois lemas fornecem as respostas essenciais à nossa objeção ao essencialismo. Considerando "sexo" como uma tradução, torna-se evidente que ele não pode corresponder a um objeto natural ou a uma ontologia natural. Portanto, a conclusão lógica é que "sexo" é um “falso objeto empírico” (Fourez, 1995) e, por isso, só pode ser considerado um objeto cultural, assim como o gênero. Esse argumento mina a sustentabilidade do sexo como um conceito natural e, por extensão, mina todo o essencialismo associado a ele.

Se o essencialismo (e a sua evidente falta de isomorfismo) é considerado insustentável, por que seu programa ainda não entrou em colapso? Argumentamos que o essencialismo é mais do que uma simples hipótese falsa; é um Mito, conforme definido por Barthes (1989), que atua como um dispositivo ideológico do patriarcado e de outros sistemas autocráticos.

A mitologia do sexo

A construção de mitos, conforme primeiro nome Barthes (1989, p.162)

[...] é transformar uma intenção histórica em natureza, uma contingência em eternidade. Ora, este processo é o próprio processo da ideologia burguesa. Se a nossa sociedade é objetivamente o campo privilegiado das significações míticas, é porque o mito é formalmente o instrumento mais apropriado para a inversão ideológica que a define: a todos os níveis da comunicação humana, o mito realiza a inversão da *anti-physis* em *pseudo-physis*.

Assim o conceito de sexo como entidade natural é, de fato, um mito barthesiano. Como todo mito, sendo um conceito cristalizado, ele se configura como um falso objeto empírico e passa a direcionar a trama societal (Fourez, 1995). A materialidade do sexo, desvinculada de sua contextualização histórica, transcende para o domínio metafísico, enquanto resgata os princípios do materialismo vulgar, cuja fragilidade foi evidenciada por Antonio Gramsci (1999). Este substrato materialista serve como alicerce para os discursos trans-excludentes (Rafaela A. Cyrino, 2023) e para a reconfiguração da identidade feminina, adotando uma perspectiva essencialista (Edgar, 2003) que se contrapõe à abordagem existencialista proposta por Simone de Beauvoir (2009).

Fourez (1995) defende uma filosofia baseada em um resgate histórico e dialético, fundamentada na noção bachelardiana de "rupturas epistemológicas". Essa abordagem visa denunciar a ideologia positivista que busca observar fenômenos como as cidades em sua existência objetiva, ignorando que o próprio conceito de "cidade" é uma construção intelectual vinculada a um paradigma ou teoria.

Na base de toda disciplina, há um corte, uma ação humana que "separa" e que "proíbe" confundir, sempre em virtude de um projeto. Para a biologia, é o que estabelece a diferença entre o vivo e o não-vivo; para a física, o que coloca a noção de "matéria", independentemente dos projetos humanos ou de todo o seu conteúdo; para a psicologia, é o que distingue o indivíduo da sociedade e de seu meio e assim por diante. Essa separação, essa construção do objeto pela comunidade científica, é o que Bachelard chama de "rupturas epistemológicas" (1971), ou seja, as rupturas que dão um estatuto a um saber determinado. Na base da prática científica existe essa ação humana, e não um objeto que seria "dado". (Fourez, 1995, p. 107).

Portanto, de acordo com Fourez (1995), ao reconhecer que o estudo científico dos conceitos depende de uma decisão relativa a uma ruptura epistemológica contingente, torna-se possível compreender que esses conceitos são influenciados por uma determinada visão de mundo e sociedade, assim como por projetos humanos subjacentes.

Como veremos nas próximas seções, o conceito de Gênero emerge na literatura científica como denúncia da mitificação do sexo, pois de acordo com essa perspectiva, nem sexo e nem gênero são algo essencial e anterior à cultura, mas um resultado de práticas discursivas específicas e, portanto, esse conceito, quando gerado a partir de uma construção discursiva ocidental, não pode ser simplesmente adotado como pressuposto acerca das construções de gênero de outras culturas (Moore, 1997).

Gênero como prática discursiva e corporal

Moore, Butler, Scott e Fausto-Sterling opõem-se à distinção radical entre sexo e gênero, ao binarismo e determinismo implícitos das categorias de gênero e desconstroem a noção de sexo como um dado anterior à cultura. A seguir, uma síntese de como essas autoras desconstroem o sistema binário sexo/gênero e elaboram suas noções de gênero. Moore (1997), ao comentar acerca das convergências entre argumentos de Michael Foucault e Shelly E. Errington, relata que "Sexo" ("S" em

maiusculo) na cultura ocidental trata-se de todo um complexo de crenças acerca dos genitais como uma representação de substâncias e fluidos internos e de seus usos e funções adequados, sendo que, na cultura ocidental, isso envolve também a crença na ocorrência de categorias binárias, exaustivas, mutuamente excludentes e natural. A autora comenta que Shelly E. Errington faz distinção entre “Sexo”, sexo e gênero: “Sexo” como uma “construção particular dos corpos humanos”; “gênero se refere ao que as diferentes culturas fazem do sexo” e sexo a uma realidade material dos corpos (Errington, 1990, p. 27-28 *apud* Moore, 1997, p. 6). Ela, entretanto, faz uma crítica à distinção entre “Sexo” e sexo, argumentando que, embora “Sexo” possa variar entre as culturas, pois se trata de um discurso, não se pode conhecer sexo senão por meio de uma construção de “Sexo”, em suma

[...] a própria noção de sexo, de uma propriedade biológica ou de um conjunto de processos biológicos, que existem independentemente de qualquer matriz social, é o produto do discurso biomédico da cultura ocidental. Há um senso fundamental de que, fora dos parâmetros e das esferas de influência desse discurso biomédico, o sexo não existe. Em outras palavras, na maior parte das culturas do mundo, onde o conhecimento nativo ou local reina supremo, não existe sexo, apenas “Sexo” (Moore, 1997, p. 6-7).

Para demonstrar concepção de sexo como um falso objeto empírico, utilizamos o exemplo comentado por Moore (1997) acerca das classificações de sexo com base nos genitais de atletas em competições olímpicas. Análises de atributos internos (cromossomos, hormônios, por exemplo) conduzem, por vezes, a uma reclassificação dos mesmos, ‘discordante’ dos genitais externos. Isso revela que até as características supostamente naturais atribuídas ao sexo são interpretações discursivas e sujeitas a mudanças. Moore (1997) questiona se a distinção entre “Sexo” (ou sexo) e gênero seria adequada. Segundo ela, embora se possa reconhecer em qualquer cultura as diferenças entre as genitálias ditas feminina e masculina e de suas funções no corpo, existe uma grande quantidade de evidências etnográficas que apontam para o fato de que a categorização binária não surge obrigatoriamente do reconhecimento dessas diferenças, pois muitas culturas conceituam e classificam gênero de diferentes formas. Em função desse resultado, é difícil estabelecer uma distinção absoluta entre sexo e gênero.

A historiadora norte-americana Scott (1995) faz críticas semelhantes às formas como abordagens históricas de diferentes perspectivas explicavam o conceito de gênero com base na divisão radical entre sexo (fato natural pré-social) e gênero (construção

social). Segundo a autora, essas perspectivas adotavam o que definiam como categorias analíticas universais, criadas em um contexto da sociedade ocidental branca, e geraram explicações pautadas nos binarismos implícitos das relações (sexo/gênero; homem/mulher; natureza/cultura), que eram tratados como aspectos permanentes de todas as sociedades. A noção de sexo como um dado pré-discursivo implicava em um determinismo biológico implícito que essencializava as categorias binárias e excludentes de homem e mulher, não deixando espaço para outras expressões de gênero.

O entendimento da autora de sexo como uma construção discursiva fica claro quando responde ao questionamento acerca do lugar do corpo na organização social do sexo:

Estou de acordo com Butler, pois penso que o corpo tem também uma história. E, portanto, toma-se o corpo para encontrar algo, para legitimar alguma coisa. Sim, nós temos um corpo, mas o uso do corpo, a ideia do corpo, o conceito do corpo, o status do corpo, isto depende do contexto social e histórico. Acho que não devemos considerar o corpo como algo biológico, dado de antemão, mas que devemos pensar o uso do corpo na retórica, nas discussões sobre a diferença dos sexos (Scott, 1998, 124).

Para Scott (1995, p. 84), o conceito de gênero deve ser concebido de forma que permita questionar “o caráter fixo e permanente da oposição binária” por meio de um processo de desconstrução. Ela salienta que o desenvolvimento do conceito de gênero deve deixar de lado tentativas de buscar origens únicas e pensar nos processos como interconectados. Em vez de buscar explicações causais gerais e universais deve-se considerar os processos e as explicações baseadas nos significados. Tendo isso em mente, Scott (1995, p. 86) conduz sua definição de gênero em duas partes: “(1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos; e, (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” nessas relações.

Um pressuposto colocado pela autora é que as “mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre a mudanças nas representações do poder, mas a mudança não é unidirecional” (Scott, 1995, p. 86), o gênero implica elementos que se inter-relacionam e operam em conjunto. Esses elementos são: os símbolos culturalmente disponíveis “que evocam representações simbólicas” (Scott, 1995, p. 86) frequentemente contraditórios e que são contextuais (Scott, 1995, p. 86); os conceitos normativos “que expressam interpretações dos significados dos símbolos, que tentam

limitar e conter suas possibilidades metafóricas”, cujas “afirmações normativas dependem da rejeição ou repressão de possibilidades alternativas” (Scott, 1995, p. 86); a noção de fixidez que resulta da posição dominante referente às afirmações normativas que acabam sendo declaradas como as únicas possibilidades, sendo a tarefa da análise histórica “explodir essa noção de fixidez, em descobrir a natureza do debate ou da repressão que leva à aparência intemporal na representação binária do gênero” (Scott, 1995, p. 87); a identidade subjetiva do gênero, para Scott, deve ser analisada a partir de mais elementos do que teorias psicanalíticas de pretensão universal. É necessário “examinar as formas pelas quais as identidades generificadas são substantivamente construídas e relacionar seus achados com toda uma série de atividades, de organizações e representações sociais historicamente específicas” (Scott, 1995, p. 88).

Para a autora, o desenvolvimento da teorização acerca de gênero como uma categoria de análise histórica é feito a partir da segunda definição, ou seja, gênero como uma forma primária de dar significado às relações de poder – um campo, embora não o único, no qual o poder pode ser articulado, fornecendo recursos para “decodificar o significado” e “compreender as complexas conexões entre as várias formas de interações humanas” (Scott, 1995, p. 89).

Conforme Scott (1995), gênero

[...] é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político tem sido concebido, legitimado e criticado. Ele não apenas faz referência ao significado da oposição homem/mulher; ele também o estabelece. Para proteger o poder político, a referência deve parecer certa e fixa, fora de toda a construção humana, parte da ordem natural divina. Desta forma, a oposição binária e o processo social das relações de gênero tornam-se parte do próprio significado de poder; pôr em questão ou alterar qualquer de seus aspectos ameaça o sistema inteiro (Scott, 1995, p. 92).

Nessa reciprocidade da construção das significações de gênero e de poder, o resultado que prevalecerá será determinado pelos processos políticos. O significado de político aqui se refere ao fato de que diferentes atores e significados “lutam entre si para assegurar o controle”, sendo que a natureza “desse processo, dos atores e suas ações” (Scott, 1995, p. 93) são contextuais (situadas no tempo e espaço).

Em uma entrevista, Scott (1998, p. 115) diz que gênero se refere “ao discurso da diferença dos sexos”, o gênero é “a organização social da diferença sexual”, portanto, envolve todos os aspectos das relações sociais. Gênero não é uma estrutura fixa, mas é

algo que muda conforme o contexto social e com o tempo. A autora entende que o discurso é “um instrumento de ordenação do mundo, e mesmo não sendo anterior à organização social, ele é inseparável desta” (Scott, 1998, p. 115).

Butler (2003) é outra teórica influente que questionou o sistema de divisão radical entre sexo e gênero e possui algumas ideias que se conformam às de Joan Scott. Segundo a autora, essa “distinção sexo/gênero sugere uma descontinuidade radical entre corpos sexuados e gêneros culturalmente construídos” (Butler, 2003, p. 24), sendo que, em decorrência disso, dissolve-se os motivos para que gênero se constitua apenas em “número de dois” e o que o torna “artifício flutuante” (Butler, 2003, p. 24), e representa uma “cisão radical do sujeito” (Butler, 2003, p. 25) do feminismo. Outra implicação que decorre da cisão de sexo e gênero é que essa levanta um conjunto de problemas em relação ao sexo, entre eles: sexo seria “natural, anatômico, cromossômico ou hormonal”? Teria uma história? Essa seria diferente para cada sexo? Haveria uma história para a dualidade do sexo? Outras questões que orientam a teórica são: o caráter natural do sexo não seria uma atribuição feita por discursos científicos que servem a dados interesses políticos e sociais e se o sexo, assim como o gênero, for construído culturalmente, o sexo não seria gênero? A esse respeito a autora afirma que:

[...] não faz sentido definir o gênero como a interpretação cultural do sexo. O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado um sexo previamente dado (uma concepção jurídica); tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. Resulta daí que gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo cultural pelo qual a ‘natureza sexuada’ ou ‘um sexo natural’ é produzido e estabelecido como ‘pré-discursivo’, anterior à cultura, uma superfície neutra *sobre a qual* age a cultura. [...] colocar a dualidade do sexo num domínio pré-discursivo é uma das maneiras pelas quais a estabilidade interna e a estrutura binária do sexo são eficazmente asseguradas. Essa produção do sexo como pré-discursivo deve ser compreendida como efeito do aparato de construção cultural que designamos por *gênero* (Butler, 2003, p. 25-26, grifo da autora).

Butler (2003, p. 26) afirma que a distinção radical entre sexo e gênero, que funda a teoria feminista e que foi formulada para questionar o determinismo biológico, não escapa a um “certo determinismo do significado de gênero”, uma vez que este seria uma construção que se faria de corpos sexuados como uma base fixa, passiva e predeterminada que funda “uma lei cultural inexorável” por meio da qual se interpreta

ou se compreende a cultura que constrói o gênero. Dessa forma, “não a biologia, mas a cultura se torna o destino” (Butler, 2003, p. 26), pois “não há como recorrer a um corpo que já não tenha sido sempre interpretado por meio de significados culturais” (Butler, 2003, p. 27). A partir disso, a autora conclui que o sexo não pode ser “uma facticidade anatômica pré-discursiva” (p. 27) e que, portanto, gênero não pode decorrer do sexo uma vez que este seria “gênero desde o começo” (Butler, 2003, p. 27). Com esses argumentos, Butler ‘desconstrói’ a dualidade do sistema sexo/gênero e propõe uma noção de corpo como “um conjunto de fronteiras, individuais e sociais, politicamente significadas e mantidas” (Butler, 2003, p. 59).

Existem muitas possibilidades de interpretação de gênero, conforme afirmado por Butler (2003). Dessas muitas possibilidades, sua crítica se volta para formulações universais ou totalizantes para as desigualdades de gênero e que fazem uso de um único tipo de opressão ou que sumariamente relacione ou classifique as opressões, pois “o campo de poder [...] excede e abrange o eixo da diferença sexual, oferecendo um mapa de interseções que não podem ser sumariamente hierarquizadas” (Butler, 2003, p. 34). Segundo Butler (2003, p. 26), o conceito ou noção de gênero deve ser reformulado de forma a incluir “as relações de poder que produzem o efeito de sexo pré-discursivo” e que escondem seu caráter de produção discursiva.

Butler afirma que as possibilidades ou limites culturais de uma análise discursiva de gênero são estabelecidas por um “discurso cultural hegemônico”, assim, “a linguagem constitui como domínio imaginável do gênero” (Butler, 2003, p. 29). Discutindo acerca do que seria a identidade de gênero, a autora coloca que na filosofia a “identidade pessoal” se refere às características internas da pessoa – o que constituiria a sua continuidade e coerência no decorrer do tempo. Para ela, a “coerência” e a “continuidade” da “pessoa” são “normas de inteligibilidade socialmente instituídas e mantidas”, e a “identidade” é “assegurada por conceitos estabilizadores de sexo, gênero e sexualidade”, que se constitui em uma “verdade” acerca do sexo produzida “por práticas reguladoras que geram identidades coerentes por via de uma matriz de normas de gênero coerentes” (Butler, 2003, p. 38), por meio da construção de gêneros inteligíveis.

Gêneros “inteligíveis” são aqueles que, em certo sentido, instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo. Em outras palavras, os espectros de descontinuidade e incoerência, eles próprios só concebíveis em relação a normas existentes de continuidade e coerência, são

constantemente proibidos e produzidos pelas próprias leis que buscam estabelecer linhas causais ou expressivas de ligação entre sexo biológico, o gênero culturalmente construído e a “expressão” ou o “efeito” de ambos na manifestação do desejo sexual por meio da prática sexual” (Butler, 2003, p. 38).

Essa identidade pode ser ameaçada por sujeitos que não seguem as normas de gênero culturalmente inteligíveis, pois, conforme Butler (2003, p. 39), a “matriz cultural por intermédio da qual a identidade de gênero se torna inteligível, exige que certos tipos de ‘identidades’ não possam ‘existir’”. Identidades proibidas são aquelas em que gênero e desejo sexual não correspondem ao sexo ou ao desejo esperado (Butler, 2003). Em uma matriz cultural de heterossexualidade compulsória, que vê a heterossexualidade como natural e binária, identidades como gays, lésbicas ou transgêneras são proibidas. Apesar disso, essas identidades desafiam a matriz de inteligibilidade, expondo seus limites e apresentando “matrizes rivais e subversivas de desordem do gênero” (Butler, 2003, p. 39). Uma vez que as construções de identidades de gêneros são produções fictícias de uma ordem compulsória da coerência entre sexo/gênero/desejo, “a viabilidade de *homem* e *mulher* como substantivos, se vê questionada pelo jogo dissonante de atributos que não se conformam aos modelos sequenciais ou causais de inteligibilidade” (Butler, 2003, p. 47, grifo da autora). A partir dessas considerações acerca da noção de substância como construções fictícias, Butler (2003, p. 48, grifos da autora) afirma:

[...] o gênero não é um substantivo, mas tampouco é um conjunto de atributos flutuantes, pois vimos que seu efeito substantivo é *performatividade* produzido e imposto pelas práticas reguladoras da coerência de gênero. Consequentemente, o gênero mostra ser *performativo* no interior do discurso herdado da metafísica da substância – isto é, sempre um feito, ainda que não seja obra de um sujeito tido como preexistente à obra. No desafio de representar as categorias de gênero fora da metafísica da substância, é mister considerar a relevância da afirmação de Nietzsche, em *A genealogia da moral*, de que “não há ‘ser’ por trás do fazer, do realizar e do tornar-se, o ‘fazedor’ é uma mera ficção acrescentada à obra – a obra é tudo. Numa aplicação do próprio Nietzsche não teria antecipado ou aprovado, nós afirmariamos como corolário: não há identidade de gênero por trás das expressões de gênero; essa identidade é *performatividade* construída, pelas próprias “expressões” tidas como resultados.

Não há sexo, pessoa ou sexualidade fora de uma matriz de poder que regula e produz inteligibilidade. As produções dessa matriz não apenas repetem um modelo

estabelecido, mas “se desviam de seus propósitos originais e mobilizam inadvertidamente possibilidades de ‘sujeitos’ que não apenas ultrapassam os limites de inteligibilidade cultural como efetivamente expandem as fronteiras do que é [...] inteligível” (Butler, 2003, p. 54). Operar dentro da matriz de poder não é simplesmente reproduzir relações de dominação, mas pode representar um deslocamento da lei, não sua consolidação (Butler, 2003, p. 55-56). Butler considera que a repetição do original é uma “paródia da ideia do natural e do original” (Butler, 2003, p. 56). Assim, o discurso de unidade de gênero criado pela prática reguladora visa uniformizar identidades como heterossexualidade e homossexualidade, mas a repetição também pode questionar e desafiar essa regulação (Butler, 2003).

Fausto-Sterling (2001) é uma pesquisadora que concorda com ideias de autoras/es pós-estruturalistas que afirmam que não existe experiência corporal fora da cultura e da história. Ela argumenta que não apenas pela linguagem e práticas culturais (discursos) que se constroem os corpos, mas as experiências são incorporadas na carne, não havendo nenhum limite entre o corpo físico e o cultural. Em seu ensaio, ela tenta desconstruir modelos baseados nesses pares de conceitos dualistas e, em relação à sexualidade humana, ela afirma “é um fato somático criado por um efeito cultural” (Fausto-Sterling, 2001, p. 60). Segundo a autora, a perspectiva conexionista pode ser um bom começo para entender o desenvolvimento sexual humano e para superação de dicotomias analíticas. Pelo fato de as redes de conexões não serem lineares, pequenas alterações podem ocasionar grandes efeitos e, um mesmo comportamento pode ser resultado de muitas causas diferentes e de eventos que ocorrem em momentos diferentes do desenvolvimento.

A autora também desconstrói a dicotomia entre sexo (natural) e gênero (construído) por meio de argumentações baseadas em exemplos da biociência que indicam que o sexo é também construído. Por exemplo, ela comenta a respeito da interpretação que se faz daqueles/as que são intersexos e o fato de os médicos transformarem por cirurgia os órgãos genitais – “os marcadores mais visíveis e exteriores do gênero” (Fausto-Sterling, 2001, p. 67). Ela argumenta que a pesquisa científica se trata de uma construção de conhecimento acerca da matéria, por meio de edificação de argumentos pelo uso de “abordagens e ferramentas experimentais particulares” que são escolhidas e que possuem suas “próprias limitações históricas e técnicas” (Fausto-Sterling, 2001, p. 78). Segundo ela:

Parece difícil evitar a ideia de que o nosso próprio entendimento científico dos hormônios, do desenvolvimento do cérebro e do comportamento sexual são, da mesma forma, construídos em contextos sociais e históricos específicos, e carregam suas marcas (Fausto-Sterling, 2001, p. 79).

Fausto-Sterling, em seu livro *“Sex/Gender: biology in a social word”* (2012), coloca que o desenvolvimento do sexo e do gênero nos seres vivos está em camadas. Ela parte do modelo de camadas de sexo e gênero desenvolvido na década de 1950 pelo psicólogo Money e colaboradores, mas critica a configuração simplificada que a formação do sexo e da identidade de gênero é tratada, bem como os argumentos científicos para explicar as diferenças entre sexos, a formação da sexualidade e da identidade de gênero, revelando que existem problemas nas formas como os experimentos que têm suportado suas hipóteses foram conduzidos. No modelo de camadas de sexo de Money, o desenvolvimento sexual ocorre em etapas que têm início na concepção do “sexo cromossômico”, desenvolvendo em sequência o “sexo gonadal fetal”; o “sexo hormonal fetal” o “sexo reprodutivo interno” e o “sexo genital”. Gênero, neste modelo de camadas de Money, é uma identidade individual ou autoapresentação, que é formada a partir do nascimento da criança quando se inicia a sua socialização que envolve sempre uma especificidade da cultura na qual se dá a interpretação da genitália externa da criança. Esse conceito psicológico de gênero difere daquele geralmente usados por sociólogos, referindo-se às estruturas sociais de diferenciação sexual. A esse respeito, Fausto-Sterling diz que usa o termo gênero nessas duas significações, mas quando se refere ao corpo e/ou comportamentos dos indivíduos, ela prefere o uso do termo sexo. Vemos aqui que, embora Fausto-Sterling argumente que tanto gênero quanto sexo são produções culturais, ela prefere manter uma distinção entre essas produções.

Um indivíduo, portanto, tem um sexo (masculino, feminino, não designado, outros); mas este se envolve com o mundo por meio de uma variedade de convenções sociais de gênero. Cada indivíduo, portanto, fabrica uma apresentação de gênero que pode alimentar de volta o sexo do indivíduo, e é interpretado por outros usando as estruturas específicas de gênero da sua cultura. Gênero, então, está definitivamente no olho do espectador. Sexo e apresentação de gênero estão no corpo e na mente do apresentador (Fausto-Sterling, 2012, p. 7, tradução nossa).

A interpretação por outros, ou “a resposta do outro” do modelo de Money, Fausto-Sterling chamou de fortificação de gênero. Ao começarem a assimilar a informação dos sentidos, as crianças desenvolvem um sentido de seu próprio corpo, isto é, uma imagem sensorial do corpo, sendo que a anatomia dos órgãos genitais externos afeta essa imagem corporal em desenvolvimento. Esse desenvolvimento de uma imagem sensorial do corpo trata-se de um outro nível da formação sexual: o sexo da imagem corporal. Money ainda liga o sexo gonadal fetal ao que chama de dimorfismo cerebral ou sexo cerebral. O sexo cerebral refere-se ao desenvolvimento de diferenças cerebrais anatômicas e funcionais em fetos masculinos e femininos e que são relacionadas às diferenças no comportamento após o nascimento – existe muita discussão a esse respeito embora esta ideia domine o pensamento da maioria dos cientistas que estudam as diferenças de gênero (Fausto-Sterling, 2012). Após o nascimento, por meio do desenvolvimento de uma imagem corporal e fortificação social de gênero, essas camadas se combinam para produzir um senso de si como homem ou mulher, isto é, a identidade de gênero juvenil. Na puberdade mais uma camada se desenvolve quando as gônadas se tornam ativas produzindo hormônios – sexo hormonal puberal – que influenciam o desenvolvimento de sensações e desejos eróticos (sexo erótico puberal) e anatomia adulta diferenciada por sexo (sexo púbico morfológico).

Segundo Fausto-Sterling (2012), o modelo binário de sexo proposto por Money, embora aparentemente ordenado, é simplista ao presumir um desenvolvimento óbvio para macho ou fêmea. A autora desconstrói essa visão, evidenciando, por meio das biociências e neurociências, a complexidade do sexo e do gênero, que transcendem dicotomias. Ela destaca, por exemplo, a ausência de evidências sólidas sobre dimorfismo sexual cerebral em áreas não relacionadas à reprodução.

A autora ressalta a variabilidade sexual na natureza, citando casos como peixes com múltiplos tipos de machos, mudanças de sexo induzidas por fatores ambientais e répteis cujo sexo é determinado pela temperatura. Essa diversidade demonstra a insuficiência dos modelos binários, além de expor lacunas no conhecimento científico, que ainda não desvendou plenamente os mecanismos do desenvolvimento sexual. Fausto-Sterling critica ainda a linguagem científica, que reproduz estereótipos culturais binários e negligência pesquisas sobre o corpo feminino. Ao discutir a bipotencialidade fetal, a autora explica que as gônadas inicialmente são indiferenciadas, podendo o desenvolvimento seguir caminhos inesperados, resultando em intersexualidade mesmo com pequenas variações no processo.

Quanto à identidade de gênero, Fausto-Sterling aponta uma mudança de paradigma: da ênfase exclusiva nos fatores sociais (como propunha Money) para interpretações que privilegiam influências biológicas, como a ação hormonal pré-natal. Embora questione a robustez dessas evidências, ela não descarta seu papel, citando estudos com mulheres com hiperplasia adrenal congênita e indivíduos XY feminizados cirurgicamente, que sugerem certa predisposição biológica. No entanto, ressalta que os dados são limitados e que fatores sociais e biológicos interagem de forma complexa, sem determinação exclusiva. Assim, a autora defende uma abordagem mais nuanceada, que reconheça a intrincada relação entre biologia e cultura na construção do sexo e do gênero.

Estudos do desenvolvimento do gênero (identidade de gênero ou comportamento de gênero culturalmente reconhecidos) revelam apenas algumas correlações, mas não relações causais, pois existe uma ampla gama de variáveis de influência e que provavelmente interagem entre si de diversas maneiras, tornando pouco provável que se tenha, segundo Fausto-Sterling (2012, p. 57, tradução nossa):

[...] uma única história para se contar acerca do desenvolvimento do gênero. Mesmo dentro da mesma cultura, o futuro do gênero consistirá em estudos de casos individuais que iluminam nossas perguntas. Mas eu não prevejo nenhuma história universal específica.

Os estudos que abordam a formação da identidade de gênero ocorrem, em geral, por meio de abordagens de dois tipos: aquelas que consideram a identidade de gênero como decorrente dos efeitos de hormônios pré-natais no cérebro e outras que a consideram como sendo resultado de um processo de aprendizagem, de desenvolvimento cognitivo e de reforço social (Fausto-Sterling, 2012). A autora, entretanto, propõe que se use modelos que sejam mais dinâmicos e que levem em conta a neuroplasticidade dos cérebros. Segundo ela, o conhecimento científico desenvolvido acerca do corpo dependerá do modelo segundo o qual o mesmo será construído. Os modelos geralmente usados nos estudos de desenvolvimento de identidade de gênero não levam em conta a neuroplasticidade dos cérebros. Ela comenta que durante várias décadas neurocientistas documentam a plasticidade neural.

[...] Os neurônios existentes mudam suas conexões; novos neurônios nascem, e tudo isso acontece como resultado de como o corpo interage dia a dia no mundo físico. Se um sistema nervoso dinâmico que é

moldado pelo ambiente é a estrutura inicial, então perguntas essenciais sobre a incorporação transgênera ainda não foram feitas, estudos cruciais ainda não foram conduzidos. [...] (Fausto-Sterling, 2012, p. 63, tradução nossa).

Fausto-Sterling (2012) acredita haver múltiplos caminhos para a formação da identidade de gênero. Ela exemplifica com o caso de estudos de disforia de gênero conduzidos com crianças nos quais dois subgrupos foram identificados: aqueles/as que acreditavam realmente ser do outro sexo (*persisters*), e os/as que se viam como meninas ou meninos que desejavam ser do outro sexo (*desisters*). À medida que as crianças cresciam aumentava-se o desconforto de *persisters* com seus corpos não conformes com seus sentimentos de identificação com o sexo oposto e manifestavam maior problema de socialização, permanecendo o quadro de disforia de gênero, enquanto *desisters* passavam a aceitar seus corpos e a ter interesse por atividades “socialmente conformes” aos seus gêneros e apresentavam menores problemas de socialização. Diante disto a autora afirma: “[...] parece provável que haja pelo menos dois – e vou prever a descoberta de vários mais – caminhos que levam a sentimentos e comportamentos variantes de gênero em crianças” (Fausto-Sterling, 2012, p. 66, tradução nossa).

Para Fausto-Sterling (2012), o sexo genital do recém-nascido (masculino ou feminino) antecede o aparecimento e subsequente elaboração da expressão masculina e feminina. A codificação de expressões culturais é o que conta como masculino e feminino e elas diferem entre culturas, e não podem ser classificadas de forma absoluta, mas existem gradações nos comportamentos como em misturas de diferentes intensidades de comportamentos associados a padrões culturalmente identificados como femininos ou masculinos e, além disso, os padrões culturais de feminilidade e de masculinidade mudam com o tempo. Especula-se que variações individuais no desenvolvimento neurossensorial podem ser combinadas com a psicodinâmica particular do contexto no qual o indivíduo se encontra inserido e que essa combinação pode, de algum modo, influir nos padrões de desenvolvimento da identidade de gênero, porém faltam informações acerca de características essenciais do desenvolvimento infantil para poder estruturar um debate em termos de biologia *versus* psicologia (Fausto-Sterling, 2012).

A autora acredita que as abordagens teóricas dos sistemas dinâmicos podem oferecer relatos convincentes acerca do desenvolvimento humano que enfatiza a forma como o comportamento se concretiza. Segundo ela, diversas possibilidades gerais de desenvolvimento, inicialmente um caso esporádico ou pequeno, poderiam, pela

repetição, se tornar incorporadas a traços persistentes da identidade de um indivíduo e personalidade. Em termos da neurofisiologia isto funcionaria por meio de redes neurais do cérebro, em que variação individual no desenvolvimento neural poderia influenciar as fixações iniciais que se tornam associadas ao desenvolvimento do conhecimento de um mundo de gênero. Aqui se manifesta uma das principais hipóteses de Fausto-Sterling para sua construção do conceito de gênero, a de que as experiências são marcadas na “carne” (vivência, reconhecimento e experimentação do próprio corpo) e de que existem influências múltiplas na determinação do sexo e do gênero. Para ela, as construções que o discurso científico faz dos corpos já estão marcadas com as formulações que se têm a respeito do gênero. Assim, os vários componentes culturais e sociais seriam corporificados no ser, isto é, em sua fisiologia, e esta estaria relacionada aos seus comportamentos, preferências e sentimentos. Segundo a autora, para se estudar como essas experiências são corporificadas deve-se conduzir uma abordagem por meio de sistemas dinâmicos (sistemas de desenvolvimento ou dinâmicas de desenvolvimento), sendo necessário obter mais informações para conduzir uma explicação, como por exemplo, informações acerca das variações no ambiente físico, do desenvolvimento do gênero, das interações e atitudes dos cuidadores e seus pares e da fisiologia particular do indivíduo. A obtenção dessas e outras informações que faltam requer estudos, por exemplo, que

[...] acompanhem crianças individuais por longos períodos de tempo, mapeando os vários sistemas que propomos, contribuindo para a preferência de cor e identificando resultados de preferência estáveis. Tudo a partir da cor do papel de parede do berçário, as hastes e cones na retina, processamento de cor no cérebro, os comportamentos dos pais e outros, o calendário de conhecimento de gênero e desenvolvimento de identidade e as diferenças individuais nas moléculas importantes nos sistemas de dopamina contribuem para o deleite de uma menina ou a aversão de um menino à cor rosa” (Fausto-Sterling, 2012, p. 117-118, tradução nossa).

Assim, os sistemas dinâmicos são formas melhores de se olhar para a questão, pois examinam como as características surgem com o tempo, isto é, seus desenvolvimentos, e se baseiam em uma noção de que o corpo não é fixo, mas muda com o tempo. Dessa forma, para se estudar um traço deve-se olhar para um conjunto de processos ao longo do tempo, tendo por base que novos traços se constroem em relação a outros que já estavam previamente presentes (Fausto-Sterling, 2012).

Em defesa à ideia de que esses estudos devem levar em conta a neuroplasticidade dos cérebros, a autora coloca que a anatomia do cérebro muda na medida em que processa as experiências do indivíduo, desta forma, mudanças nas experiências fisiológicas, físicas, emocionais e culturais poderiam alterar o “sexo cerebral”. A ideia de aprendizagem por meio da experiência (práticas e observacionais), mudando o cérebro, pode explicar diferença em habilidades entre os sexos e entre pessoas de um mesmo sexo.

Para Fausto-Sterling (2012), portanto, a divisão entre cultura e corpo não é uma maneira apropriada para abordar gênero, sexo ou sexualidade:

[...] As experiências corporais são trazidas à existência por nosso desenvolvimento em culturas particulares e períodos históricos. À medida que crescemos e nos desenvolvemos, literalmente, não apenas “discursivamente” (isto é, através da linguagem e práticas culturais), construímos nossos corpos, *incorporando a experiência em nossa própria carne*. Se isto é correto, as distinções entre o corpo físico e o corpo social começam a corroer [...] (Fausto-Steling, 2012, p. 79, tradução nossa, grifo nosso).

Esse recorte das ideias das diferentes autoras que foram abordadas forneceu argumentos e evidências provenientes de distintas disciplinas científicas para a desconstrução da noção binária de sexo/gênero. Essa desconstrução permite desnaturalizar o sexo, inserindo-o como conceito participante do arcabouço cultural humano e como falso objeto empírico construído pelo paradigma das ciências biológicas.

Considerações finais

Conforme explorado nos tópicos precedentes, o essencialismo é insustentável. Não há isomorfismo entre palavras e objetos; cada um desses elementos admite uma infinidade de traduções e ontologias igualmente válidas. A escolha reflete a ideologia dominante, no caso estudado, a patriarcal. Portanto, naturalizar o sexo o torna um Mito (Barthes, 1989). Sendo o mito é uma convicção amplamente compartilhada pela comunidade e não questionada, torna-se ideológico no sentido de promover a ocultação da origem de seu significado (Fourez, 1995) e de sua associação com a gramática patriarcal que regula a estrutura da vida social, influenciando a definição do que é o sexo. Nesse contexto, o conceito de gênero surge para contestar e denunciar ideias

dicotômicas e essencializantes acerca das diferenças sexuais. Como visto, embora essa seja uma característica consensual para o conceito no campo acadêmico, existem divergências entre as formulações das/os pesquisadoras/es.

As sínteses realizadas nos tópicos anteriores demonstraram que existem diversas significações para o termo gênero no âmbito acadêmico. Essas sínteses seguramente não abarcaram a variabilidade de entendimentos e referenciais teóricos acerca do conceito, entretanto elas possibilitaram identificar no mínimo duas dimensões inter-relacionadas e complementares em que o gênero é discutido na academia: uma em que gênero se relaciona à(s) estrutura(s) social(ais) que diferencia(m) homens e mulheres e, outra, em que gênero liga-se à identidade ou autoapresentação de sujeitos, que é elaborada de modo específico conforme suas culturas (Fausto-Sterling, 2012). Nesse sentido, este estudo considera que essas duas dimensões são fundamentais para serem consideradas em uma abordagem de formação de docentes de Ciências para a equidade de gênero, visto que as questões de gênero abrangem tanto aspectos pessoais quanto culturais, sociais e políticos.

Além disso, os estudos dos referenciais teóricos selecionados revelaram outras duas conceituações, desta vez opostas entre si, para o conceito de gênero: uma delas distingue radicalmente sexo de gênero (sexo como natural, isto é, pré-discursivo, pré-cultural ou pré-social; gênero como uma construção discursiva, cultural ou social); e, a outra, entende que tanto o gênero como o sexo envolvem construções discursivas, sociais e culturais.

Um destaque a ser dado diz respeito às críticas realizadas tanto em relação às noções essencializantes ou deterministas de sexo ou gênero quanto à distinção radical entre os mesmos (sistema sexo-gênero/paradigma da identidade de gênero) pelas autoras estudadas. A esse respeito, essas críticas foram elaboradas a partir de argumentos sustentados por critérios cognitivos, em especial, a adequação empírica e o poder explicativo. Além disso, a proposta dessas autoras de que gênero e sexo envolvem construções discursivas se aproxima do entendimento de que o conhecimento científico se trata de uma interpretação elaborada acerca dos fenômenos naturais, isto é, veicula uma visão epistemológica atualizada da Ciência como uma “construção humana” e não como um sistema de produção de verdade ou certeza. Este aspecto acerca de visão da Ciência é consensual entre as/os filósofas/os da Ciência – que afirmam que as observações são teoricamente carregadas.

Uma outra característica do conceito de gênero, na linha de sexo e gênero como construções discursivas, refere-se à ideia de que não existe um único discurso de gênero, pois esses são históricos, variam com o contexto (entre culturas, entre indivíduos de uma mesma cultura e até para um mesmo indivíduo) e são articulados em uma matriz de poder pelos indivíduos nela presentes. Os discursos são, ao mesmo tempo, formas de oprimir e de resistir ao poder. Esses discursos são usados por indivíduos em uma matriz de poder para manter determinadas disposições sociais ou se opor a elas. Assim, gênero também se refere a uma construção que elabora as diferenças sexuais que se faz nas e pelas relações sociais e que alcança todas as instâncias sociais. Além disso, gênero se entrelaça com outros discursos que envolvem categorias como sexualidade, raça, classe, religião, nacionalidade etc., não é fixo nem único, varia entre contextos e é histórico, logo, gênero não é um conceito acabado – permanece em construção.

Além dos pontos mencionados até aqui, também se julgou como pertinente ter em conta a hipótese apresentada por Anne Fausto-Sterling (2001, 2012), a de que é muito mais provável que os aspectos do gênero relativos ao comportamento e às identidades dos sujeitos não sejam independentes nem do corpo nem do ambiente histórico, social e cultural em que se desenvolvem, isto é, de que fatores históricos, sociais, culturais, psicológicos e biológicos atuam de formas associadas, complexas e incertas na construção do gênero – nas palavras da autora: o gênero se incorpora na “carne”. Essa hipótese de Anne Fausto-Sterling possibilita inserir a contribuição da Biologia para a construção do gênero, levando em conta os corpos, sem correr o risco de um deslizamento para visões deterministas.

Finalmente, ao desvelar o sexo como um falso constructo empírico e desnudar sua natureza ideologicamente articulada, expõem-se os dispositivos de poder que perpetuam a marginalização das identidades trans e legitimam violências sob o véu de um pretenso determinismo biológico. Essa desconstrução transcende o mero debate acadêmico, configurando-se como um imperativo ético-político que reverbera no âmbito dos direitos humanos, tanto na luta pela efetivação de garantias fundamentais quanto no combate à violência – seja epistêmica, seja física – perpetrada contra corpos transgêneros. Portanto, reconhecer o caráter discursivo do sexo implica necessariamente demandar a reavaliação crítica dos paradigmas normativos que regulam o reconhecimento social e jurídico de corpos dissidentes. Tal movimento não só desarticula estruturas opressoras, como também inaugura a possibilidade de uma ordem

social verdadeiramente plural, na qual a diversidade não seja apenas tolerada, mas celebrada como fundamento de uma justiça mais abrangente e equânime.

Referências

BARTHES, R. G. *Mitologias* (R. Buongiorno & P. de Souza, Trans.; 8ª ed.). Bertrand Brasil. (Trabalho original publicado em 1957) BARTHES, R. *Mitologias*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Russell, 1989.

BEAUVOIR, S. *O Segundo Sexo*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2009.

BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CYRINO, R. A deriva transfóbica do feminismo radical dos anos 1970. *Varia Historia*, v. 39, n. 79, p. e23107, jan. 2023.

DUHEM, P. *A Teoria Física: Seu Objeto e a sua Estrutura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.

EDGAR, A. Gênero. In: EDGAR, A. SEDGWICK, P. (eds.). *Teoria Cultural de A a Z: conceitos-chaves para entender o mundo*. São Paulo: Contexto, 2003. pp. 146-147.

FAUSTO-STERLING, A. Dualismo em duelo. *Cadernos Pagu*, Campinas, p. 9-79, 2001.

FAUSTO-STERLING, A. *Sex/Gender: biology in a social world*. New York: Routledge, 2012.

FLUSSER, V. *Língua e Realidade*. 3ª ed. São Paulo: Annablume, 2007.

FOUREZ, G. *A Construção das Ciências*. São Paulo: Editora UNESP, 1995.

GIDDENS, A. SUTTON, P. W. *Sociologia*. 9ª ed. Porto Alegre: Penso, 2023.

GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere. Vol 1. Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

JAPIASSU, H. (2001). O projeto masculino-machista da ciência moderna. In L. C. Soares (Org.), *Da revolução científica à Big (Business) Science: Cinco ensaios de história da ciência e da tecnologia*. São Paulo: Hucitec; Niterói: EdUFF.

KRAUSE, D. ARENHART, J. R. B. Perspectivismo na filosofia da ciência: um estudo de caso na física quântica. *scientiæ studia*, 11(1): 159-183, 2013.

LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

MOORE, H. Compreendendo sexo e gênero. In: INGOLD, T. *Companion Encyclopedia of Anthropology*. Tradução de Júlio Assis Simões. Londres: Routledge, [s. n.], p. 813-830. 1997.

QUINE, W. O. On empirically equivalent systems of the world. *Erkenntnis*, 9: 313-28, 1975.

QUINE, W. O. *Palavra e Objeto*. Petrópolis: Vozes, 2010.

QUINE, W. O. *Pursuit of Truth*. Cambridge: Harvard University Press, 1992.

QUINE, W. O. *Relatividade Ontológica e outros Ensaios*. In: Ryle. Strawson. Austin. Quine. Coleção Os Pensadores. 3ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

SCOTT, J. W. *Ponto de vista*. Estudos Feministas, Florianópolis, p. 115-124, 1998.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

WITTGENSTEIN, L. *Investigações Filosóficas*. 3ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

Recebido em abril de 2025.

Aprovado em junho de 2025.